

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Projeto de Lei nº 3.133, de 1997 .

Dispõe sobre a dispensa, para o beneficiário do projeto de assentamento para reforma agrária, do pagamento de taxas pertinentes a projetos de desmatamento a serem executados em sua área.

Autor: Deputada Tetê Bezerra

Relator : Deputado Ricarte de Freitas

I – Relatório

A nobre Deputada Tetê Bezerra propõe, mediante o Projeto em epígrafe, que os beneficiários de projeto de assentamento para reforma agrária sejam dispensados do pagamento de taxa referente à elaboração e análise de projetos de desmatamento a serem executados em sua área, devida a quaisquer órgãos públicos.

Na sua justificativa, a ilustre autora lembra que, no momento em que são assentados, os trabalhadores rurais carecem de recursos para dar início à atividade agrícola na nova terra. O objetivo da proposição seria diminuir os custos e aumentar as chances de sucesso do assentamento.

O projeto foi aprovado na Comissão de Agricultura e Política Rural, na forma do substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Moacir Micheletto. Entendeu justa o insígne relator a proposta, por concordar com a tese da autora de que para o assentado dos programas de reforma agrária a necessidade de pagar ao Ibama para obter uma autorização de desmatamento constitui um ônus economicamente insuportável. O Deputado Micheletto vai além, argumentando que na mesma situação encontra-se o pequeno proprietário. De sorte que propõe que o benefício concedido àquele seja também a este estendido.

Embora não tivesse sido originalmente incluída entre as Comissões de mérito designadas para proferir parecer sobre a matéria, à CDCMM foi assegurada pela Mesa, em resposta a uma solicitação do seu ilustre Presidente, Deputado Salatiel Carvalho, a oportunidade de se pronunciar sobre o tema, haja vista as evidentes repercussões ambientais da proposição.

Aberto o devido prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II – Voto do Relator

No dia 12 de agosto de 1998, a Comissão Externa Destinada a Averiguar a Aquisição de Madeiras, Serrarias e Extensas Porções de Terras Brasileiras por Grupos Asiáticos, comandada pelo ilustre Deputado Gilney Viana, aprovava o seu relatório final. Uma das conclusões da Comissão é da máxima relevância para o nosso tema, razão pela qual transcrevemos na íntegra o trecho que nos interessa. Diz o relatório:

"A ocupação desordenada do solo da Amazônia tem três vetores fundamentais: a iniciativa oficial via reforma agrária; os projetos de colonização privados, legais e ilegais; e a ocupação anárquica (espontânea).

"Os projetos de colonização e assentamento do Governo Federal ocuparam até 31/12/97, 26,1 milhões de hectares na Amazônia Legal, corresponde a 88,41% de toda a área destinada aos programas, com capacidade nominal para alocar 272,2 mil famílias, ou seja, 70,77% da capacidade de alocação de famílias acumulada para todo o País. Se acrescentarmos os programas estaduais de colonização e assentamento (6 milhões de hectares e 123,1 mil famílias) chega-se à soma de 32,1 milhões de hectares e 405 mil famílias, quase todas nos últimos 30 anos, configurando um programa de longo prazo de transferência de população empobrecida das regiões Sul e Sudeste do País para a Amazônia. A colonização privada, incentivada política e economicamente durante o regime militar, talvez duplique este número.

"O impacto ambiental da reforma agrária na Amazônia - além da urbanização acelerada, pressionando igarapés, rios e matas - pode ser dimensionado por 15 milhões de hectares de florestas expostas ao desmatamento de curto prazo, e mais 15 milhões alterados por perda de integridade, segmentação, exploração seletiva e a médio e longo prazo expostos ao desmatamento.

"No Governo atual (1995-1997), 6,39 milhões de hectares foram ocupados pela reforma agrária na Amazônia, dos quais 5 milhões em áreas florestadas, resultando em 2,5 milhões de hectares desmatados ou legalmente autorizados ao desmate, e outros 2,5 milhões de hectares alterados, pela segmentação ou pela exploração sem critérios, condenados ao desmatamento.

"Esta preferência pelo assentamento dos trabalhadores rurais sem-terra na Amazônia é função da estratégia de aliviar tensões sociais nas regiões do Sul e Sudeste (e até Nordeste) através de imigração incentivada, mas em parte se explica pelos baixos

